



PORTARIA-COFECI Nº 045/2022

Autoriza a inscrição de pessoas físicas portadoras de Diplomas de T.T.I expedidos pela ESCOLA INTERFACE – CURSOS & CONSULTORIAS/PE, modalidade a distância.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4º e 16, incisos XVI e XVII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, e artigo 2º, Parágrafo Único, da Resolução-COFECI nº 717/2001;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 051/2022 do Titular da Vice-Presidência Adjunta de Assuntos Pedagógicos do COFECI, atestando o recredenciamento e a plena regularidade do curso de Formação de Técnicos em Transações Imobiliárias ministrado na modalidade **a distância** pela **ESCOLA INTERFACE – CURSOS & CONSULTORIAS/PE**;

R E S O L V E :

Art. 1º - Os **Diplomas** do Curso de Técnicos em Transações Imobiliárias, modalidade **a distância**, expedidos **até 18/03/2028**, pela ESCOLA INTERFACE – CURSOS & CONSULTORIAS, com sede na cidade de Recife e **autorização de funcionamento restrita ao Estado de Pernambuco**, poderão ser aceitos normalmente para instruir pedidos de inscrição de pessoas físicas nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (CRECIs).

Parágrafo Único - Os Conselhos Regionais somente recepcionarão Diplomas em cujo verso conste o número do registro do documento no sistema SISTEC/MEC para conferência da certificação de sua validade, ou o “Visto Confere” apostado pela Secretaria Estadual de Educação.

Art. 2º - A presente Portaria poderá ter seus efeitos suspensos a qualquer tempo, para fins de investigação, caso se apresentem indícios de irregularidade na realização do curso de TTI, no estágio curricular obrigatório ou no registro de matrículas no Sistema STIC-WEB instituído e regulado pela Resolução-COFECI nº 1.292/13.

Parágrafo Único - O curso de Técnico em Transações Imobiliárias de que trata a presente Portaria está organizado em 800 horas, das quais 640 horas a distância e 160 horas presenciais, acrescido de 160 horas de estágio curricular presencial supervisionado obrigatório, que deverá ser realizado no Estado de Pernambuco ou em polo localizado em outra Unidade da Federação, desde que reconhecido pelo respectivo Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias, especialmente a Portaria-COFECI nº 067/2012.

Publique-se, cumpra-se.

Brasília(DF), 30 de março de 2022.

ORIGINAL ASSINADO
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente